PAUTA
PARA A 71ª SESSÃO ORDINÁRIA
EM 31 DE MAIO DE 2012

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 359, de 2012, de autoria da deputada Ana Perugini. Proíbe a cobrança pelo estacionamento de veículos de pacientes e acompanhantes nos estabelecimentos de saúde estaduais, ainda que administrados por terceiros.

2 - Projeto de lei nº 360, de 2012, de autoria do deputado Dilmo dos Santos. Dispõe sobre a concessão de período mínimo de gratuidade do pagamento de tarifa de estacionamento aos veículos automotores utilizados por pessoas portadoras de necessidades especiais, idosos e gestantes.

3 - Projeto de lei nº 361, de 2012, de autoria dos deputados Luiz Moura e Simão Pedro. Declara de utilidade pública a associação "Os Independentes", em Barretos.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 21, de 2012, de autoria dos deputados Pedro Bigardi e Leci Brandão. Revoga o inciso III do artigo 149, da Lei Complementar nº 180, de 1978, que dispõe sobre a instituição do Sistema de Administração de Pessoal.

2 - Projeto de lei nº 355, de 2012, de autoria do deputado Itamar Borges. Dispõe sobre programas específicos de inovação tecnológica para as microempresas e para as empresas de pequeno porte no Estado.

3 - Projeto de lei nº 356, de 2012, de autoria da deputada Rita Passos. Institui campanha permanente de conscientização do uso adequado dos serviços de emergência no Estado.

4 - Projeto de lei nº 357, de 2012, de autoria da deputada Rita Passos. Institui campanha permanente de esclarecimento sobre os sintomas do descolamento de retina.

5 - Projeto de lei nº 358, de 2012, de autoria do deputado Ed Thomas. Institui a Equoterapia como método terapêutico de tratamento para habilitação e reabilitação de pessoas com necessidades especiais, na rede pública de saúde, e política de educação inclusiva no ensino e aprendizagem na rede pública de educação.

6 - Moção nº 44, de 2012, de autoria do deputado Marcos Neves. Apela para o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que o Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 8.035/2010, que institui o Plano Nacional de Educação 2011-2020, seja aprovado com a máxima brevidade possível.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 352, de 2012, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Dá a denominação de "Engenheiro Wlastermiler de Senço" ao túnel (TD 01) localizado no km 45,600 da Via Anchieta - SP 150, em Cubatão.

2 - Projeto de lei nº 353, de 2012, de autoria do deputado Roque Barbiere. Declara de utilidade pública a "Casa de Apoio Nosso Canto", em Braúna.

3 - Projeto de lei nº 354, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt. Dá a denominação de "Dr. Newton da Costa Brandão" à unidade do Ambulatório Médico de Especialidades (AME), de Santo André.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 20, de 2012, de autoria do deputado Welson Gasparini. Revoga o inciso III do artigo 149 da Lei Complementar nº 180, de 1978 e o inciso III do artigo 10 da Lei nº 452, de 1974, que dispõem sobre a perda da condição de beneficiário ou dependente em virtude de matrimônio ou constituição de união estável.

2 - Projeto de lei nº 346, de 2012, de autoria da deputada Ana Perugini. Declara de utilidade pública o "Centro Comunitário de Fisioterapia - FISIO", na

Capital.

3 - Projeto de lei nº 347, de 2012, de autoria do deputado Olímpio Gomes. Autoriza o Poder Executivo a promover concurso interno de provas e títulos dentre os Soldados Policiais Militares Temporários visando sua nomeação para o cargo inicial de Praças da Polícia Militar.

4 - Projeto de lei nº 348, de 2012, de autoria do deputado Geraldo Vinholi. Declara de utilidade pública a "Associação dos Moradores do Jardim Vera Cruz", em Monte Alto.

5 - Projeto de lei nº 349, de 2012, de autoria do deputado Welson Gasparini. Declara de utilidade pública a "Associação de Assistência ao Adolescente de Brodowski", naquele Município.

6 - Projeto de lei nº 350, de 2012, de autoria do deputado Welson Gasparini. Declara de utilidade pública o "Projeto Criança Feliz", em Ribeirão Preto.

7 - Projeto de lei nº 351, de 2012, de autoria do deputado Aldo Demarchi. Concede passe livre às pessoas portadoras de deficiência no sistema de transporte coletivo intermunicipal.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 340, de 2012, de autoria do deputado Carlos Bezerra Jr. Cria os "Centros de Proteção e Assistência Integral à Criança e ao Adolescente Vítima de Violência Sexual - CEPAIs".

2 - Projeto de lei nº 341, de 2012, de autoria do deputado Geraldo Vinholi. Declara de utilidade pública o "Centro de Recuperação Vau de Jaboque", em Catanduva.

3 - Projeto de lei nº 342, de 2012, de autoria do deputado Orlando Morando. Dispõe sobre normas para a comercialização, transporte e armazenamento de massa fresca para fabricação de pães.

4 - Projeto de lei nº 343, de 2012, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Dispõe sobre o uso de símbolos oficiais do Estado.

5 - Projeto de lei nº 344, de 2012, de autoria do deputado Marco Aurélio de Souza. Dispõe sobre restabelecimento da condição de contribuinte do Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE de servidores

aposentados e pensionistas.

6 - Projeto de lei nº 345, de 2012, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Autoriza o Poder Executivo a criar Depósitos Públicos para guarda e armazenamento de objetos apreendidos vinculados a processos judiciais.

7 - Moção nº 43, de 2012, de autoria da Comissão de Saúde. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que o PL nº 1631, de 2011, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, seja apreciado e aprovado com a máxima brevidade possível.

Em pauta por 1 (uma) sessão para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 2º do artigo 227 do Regimento Interno (Redação).

1ª Sessão

Projeto de lei Complementar nº 11, de 2012, de autoria do Sr. Governador. Cria a Aglomeração Urbana de Piracicaba - AU-Piracicaba. Parecer nº 895, de 2012, de relator especial pela Comissão de Justiça e Redação.

Em pauta por 3 (três) sessões para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 253 do Regimento Interno (Reforma da Constituição).

2ª Sessão

Proposta de emenda nº 4, de 2012, à Constituição do Estado, de autoria do deputado Welson Gasparini e outros. Acrescenta os artigos 63 e 64 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, tendo em vista estabelecer critérios para o cálculo e a correção dos proventos da aposentadoria por invalidez dos servidores públicos que ingressaram no serviço público até 31 de dezembro de 2003.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

1ª Sessão

1 - Projeto de decreto legislativo nº 54, de 2009, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no processo TC - 003723/026/00, que julgou irregulares os Termos de Aditamento Contratual nºs 992/01, de 2001, e 227/02, de 2002, de prorrogação de prazo, ao contrato celebrado entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Estado de São Paulo - CDHU e a L. Castelo Engenharia e Construções Ltda.

2 - Projeto de decreto legislativo nº 83, de 2009, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado, referente ao processo TC- 010171/026/03, que julgou irregulares a concorrência, o contrato e os termos aditivos firmados entre a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos - CPTM e a empresa Transbraçal Prestação de Serviços, Indústria e Comércio Ltda.

3 - Projeto de decreto legislativo nº 86, de 2009, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao processo TC-001335/026/06, que julgou irregulares a concorrência pública e o contrato firmado entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a empresa ETEMP Engenharia, Indústria e Comércio Ltda.

4 - Projeto de decreto legislativo nº 5, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Revoga o Decreto Legislativo nº 1506, de 2009 (PDL nº 502, de 2005 - RGL 6129, de 2001), referente a contrato firmado entre a CETESB e a empresa Tecknocon Comércio e Serviços Técnicos Ltda - Processo TC - 4206/026/99.

5 - Projeto de decreto legislativo nº 6, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo nos autos do Processo TC 010378/026/02 e considera regulares o Acompanhamento da execução do contrato celebrado entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Estado de São Paulo - CDHU e a Paez de Lima Construções, Comércio e Empreendimentos Ltda. e o Termo de Verificação e Aceitação Provisória .

6 - Projeto de decreto legislativo nº 7, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 1930/026/07, que julgou irregular o contrato celebrado entre a Secretaria da Segurança Pública, por sua Delegacia Seccional de Polícia de Jundiaí, e o Auto Posto Marataí Ltda.

7 - Projeto de decreto legislativo nº 10, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC - 26273/026/01, que julgou irregulares a licitação, o contrato e o termo de aditamento e de alteração, bem como ilegais os atos determinativos das despesas, relativos ao contrato celebrado entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a Etemp Engenharia, Indústria e Comércio Ltda.

8 - Projeto de decreto legislativo nº 14, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo no processo TC - 4431/026/03, que julgou irregulares a concorrência, o contrato, os termos aditivos e a execução contratual celebrados entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU - e o Consórcio Tecnosul/Construtécnica.

9 - Projeto de decreto legislativo nº 16, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no acórdão referente ao Processo TC-001179/02/05, que julgou irregulares o contrato celebrado entre a Fundação para o Desenvolvimento das Ciências Farmacêuticas - FUNDECIF - Araraquara e aVR Vales Ltda.

10 - Projeto de decreto legislativo nº 27, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São paulo, no acordão referente ao Processo TC - 00042/009/08, que julgou irregulares a tomada de preços e o respectivo contrato celebrado entre a Polícia Militar do Estado de São Paulo e a empresa Tequim Engenharia Ltda.

11 - Projeto de decreto legislativo nº 28, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Propõe o arquivamento do Processo RGL nº 620/2010 (TC 22287/026/06), referente ao contrato firmado entre a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e a empresa Lopes Kalil Engenharia e Comércio Ltda.

12 - Projeto de decreto legislativo nº 29, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que julgou irregular, nos autos do processo nº TC 1531/026/07, o contrato celebrado entre a FDE - Fundação de Desenvolvimento da Educação e a empresa Almeida Sapata Engenharia e Construções.

13 - Projeto de decreto legislativo nº 30, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Desconstitui a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao Processo TC-9438/026/2006, que julgou irregulares a Concorrência Pública, o Contrato e os Termos Aditivos, firmados entre a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e a Profac Engenharia e Comércio Ltda.

14 - Projeto de decreto legislativo nº 31, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, no Processo TC 4769/026/06, que julgou irregulares a dispensa de licitação e o decorrente contrato, celebrado entre o Departamento de Águas e Energia Elétrica - DAEE e a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

15 - Projeto de decreto legislativo nº 33, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao Processo TC - 22141/026/04, que constatou irregularidades no contrato celebrado entre o Banco Nossa Caixa S/A e a Embiara Serviços Empresariais Ltda.

16 - Projeto de decreto legislativo nº 34, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao Processo TC - 07997/026/05, que constatou irregularidades na dispensa de licitação e no contrato celebrado entre a Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas - Secretaria da Educação e o IDORT - Instituto de Organização Racional do Trabalho.

17 - Projeto de decreto legislativo nº 35, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao Processo TC - 002004/026/07, que julgou irregulares a tomada de preços e o respectivo contrato celebrado entre a Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE e a empresa JHD Construções e Comércio Ltda.

18 - Projeto de decreto legislativo nº 36, de 2010, de autoria de relator especial pela Comissão de Finanças. Reconhece a decisão do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao Processo TC - 001392/026/04, que julgou irregulares a licitação e os respectivos contrato e aditivo celebrados entre a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - CDHU e a empresa Embrasa - Empresa Brasileira de Obras e Serviços Ltda.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 829, de 2011, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Institui o Dia Estadual do Engenheiro de Segurança do Trabalho.

2 - Projeto de lei nº 979, de 2011, de autoria do deputado Marcos Neves. Institui o "Dia do Cabeleireiro".

3 - Projeto de lei nº 109, de 2012, de autoria do deputado Afonso Lobato. Institui o "Dia Estadual do Profissional Socorrista e Emergencista".

4 - Moção nº 31, de 2011, de autoria do deputado Adriano Diogo. Apela para o Sr. Governador do Estado a fim de que encaminhe projeto de lei complementar que inclua os companheiros ou companheiras na constância da união homoafetiva como dependentes dos servidores policiais militares, para fins de recebimento de pensão.

5 - Moção nº 79, de 2011, de autoria do deputado André do Prado. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que aprovem a Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2009, que dispõe sobre a exigência de diploma de curso superior de comunicação social como habilitação para o exercício da profissão de jornalista.

6 - Moção nº 99, de 2011, de autoria da deputada Heroilma Soares Tavares. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que engendrem esforços para que a Proposta de Emenda à Constituição Federal - PEC nº 300, de 2008, dando nova redação ao § 9º do artigo 144 da Constituição Federal, seja aprovada com urgência.

7 - Moção nº 128, de 2011, de autoria do deputado Campos Machado. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados no sentido da rápida deliberação e aprovação da Proposta de Emenda à Constituição Federal - PEC nº 457, de 2005, que estabelece a idade de 75 anos para a aposentadoria compulsória do servidor público.

8 - Moção nº 129, de 2011, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Apela para o Sr. Presidente do Senado Federal, bem como para os líderes partidários, no sentido de que empreendam os esforços necessários com vistas à rejeição do PLS nº 434/2011, que altera a Lei nº 7.183, de 1984, modificando e ampliando

a jornada diária de trabalho do aeronauta.

9 - Moção nº 134, de 2011, de autoria do deputado Marcos Neves. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para que o Projeto de Lei nº 6042, de 2005, que dispõe sobre a regulamentação da profissão de Podólogo, seja aprovado.

10 - Moção nº 138, de 2011, de autoria do deputado Luiz Cláudio Marcolino. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para a aprovação dos Projetos de Lei nº 1033/2003, 4436/2008 e 6113/2009, que dispõem sobre o adicional de periculosidade aos vigilantes, sejam apreciados e aprovados com a máxima brevidade possível.

11 - Moção nº 143, de 2011, de autoria do deputado Itamar Borges. Apela para o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados e para os líderes partidários a fim de que empreendam os esforços necessários para aprovação do Projeto de Lei nº 4622, de 2004, que trata da fixação do conceito da modalidade operacional das cooperativas de trabalho.

12 - Moção nº 5, de 2012, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para a Sra. Presidente da República e para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados a fim de que empreendam esforços para a aprovação do Projeto de Lei 5346, de 2009, que regulamenta a profissão de educador social.

13 - Moção nº 16, de 2012, de autoria da deputada Regina Gonçalves. Apela para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os Líderes Partidários, a fim de que promovam com a urgência que a matéria requer a aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 130, de 2011, que acrescenta o § 3º ao artigo 401 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1943, a fim de estabelecer multa para combater a diferença de remuneração verificada entre homens e mulheres.

14 - Moção nº 23, de 2012, de autoria do deputado Welson Gasparini. Apela para a Sra. Presidenta da República a fim de que determine ao Ministério da Previdência Social a elaboração de estudos e a adoção das providências cabíveis para que seja instalada uma Agência da Previdência Social (APS) no Município de Brodowski.

15 - Moção nº 24, de 2012, de autoria do deputado Carlos Giannazi. Protesta contra a demissão dos funcionários integrantes da Comissão Interna de

Prevenção de Acidentes - CIPA pela empresa Companhia de Bebidas das Américas - AmBev, que no exercício de suas funções relataram os erros e problemas no ambiente de trabalho.

16 - Moção nº 25, de 2012, de autoria do deputado Marcos Martins. Apela para o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para a priorização do Projeto de Lei nº 2295/2000, que dispõe sobre a redução da jornada de trabalho dos emfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem.